

1 ATA DA REUNIÃO DA CCR SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

2 Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e doze, na cidade de Triunfo, PE, aconteceu a  
3 XX<sup>ª</sup> Reunião Extraordinária da Câmara Consultiva Regional do Submédio São Francisco.  
4 Iniciando, o coordenador da câmara, o senhor Antônio Valadares saudou a mesa e a todos os  
5 presentes; fez alguns informes referentes à vazão do lago de Sobradinho e convidou o  
6 representante da CHESF para falar sobre o assunto. Falou sobre o Plano de aplicação  
7 Plurianual e convidou o Senhor Elias Silva para falar sobre o Plano. Na sequência, a  
8 representante da Prefeitura municipal de Triunfo saudou todos em nome do prefeito e  
9 solicitou a inclusão do município nos programas de saneamento básico e também da adutora  
10 do Pajeú. Enalteceu a beleza da cidade e desejou um bom dia de trabalho. O coordenador  
11 convidou o presidente da Câmara Municipal de Triunfo para apresentá-lo com o livro que  
12 conta a história do CBHSF e franqueou à palavra a mesa. O senhor Maciel Oliveira (secretário  
13 do CBHSF) saudou a todos e falou sobre a agenda do CBHSF; incentivou o funcionamento da  
14 CCR do SMSF afirmando que são os membros titulares e suplentes do CBHSF na região do  
15 submédio, um representante de cada comitê afluyente e os representantes dos Conselhos  
16 Gestores de Reservatório já definidos em resolução 52/2010. Solicitou à APAC que  
17 formalizassem ao CBHSF os representantes oficiais dos Conselhos Gestores e que fosse  
18 retirado da pauta da reunião o tema sobre usinas nucleares, justificando que o assunto está  
19 sendo analisado pela CTPPP que vai orientar a posição do CBHSF, tomar frente desse assunto e  
20 apresentou a equipe de comunicação. Em seguida, fazendo uso da palavra, o senhor Gilberto,  
21 representante da APAC apresentou o edital de projetos e justificou a ausência do senhor  
22 Marcelo Asfora, diretor-presidente da APAC. A representante da CHESF, Dra. Son'ali falou  
23 sobre a operação dos reservatórios ao longo do SF. O Senhor Almacks, presidente do Comitê  
24 do Salitre, fez um breve pronunciamento questionando a inclusão dos municípios, nos  
25 programas da CHESF. Enalteceu o trabalho do coordenador em lutar pela região do submédio;  
26 incentivou os representantes de rios afluentes a fazerem os seus pré-projetos e falou sobre a  
27 importância do sentimento de pertencimento a bacia do SF. Dando continuidade, a senhora  
28 Maria das Dores Santos, representante do Comitê do Pajeú, solicitou agilidade nas obras da  
29 Adutora do Pajeú e falou sobre o estado de calamidade causada pela seca na região do Pajeú.  
30 Não havendo mais falas, o coordenador deu sequência à reunião, passando a palavra para a  
31 Dra. Sonáli, representante da CHESF, para falar sobre o primeiro ponto da pauta: a vazão do  
32 lago de Sobradinho. A Sra. Ana Paula Farias, secretária da CCR do SMSF, sugeriu que fosse  
33 feita a leitura e aprovação da ata da última reunião. O Sr. Almacks questionou a aprovação da  
34 ata dizendo que não estava na ordem do dia e que, regimentalmente, não poderia ser feito  
35 sugerindo que as atas fossem enviadas para os membros e que na próxima reunião fosse feita  
36 a leitura e aprovação. A secretaria justificou que as atas foram enviadas e que foi passada para  
37 a assistente do coordenador e que fossem colocadas em pauta. A professora Avani Torres  
38 solicitou que fosse colocada em pauta a questão do agendamento da reunião conjunta entre  
39 as CCRs do submédio e do baixo. O coordenador justificou que foi aconselhado a não tratar  
40 desse assunto até que o comitê se manifeste e que a AGB dê um parecer, se é possível realizar  
41 essa reunião. O Sr. Almacks Luiz se pronunciou dizendo que a AGB tem o dever de cumprir o  
42 que a CCR deliberar e não ao contrário como está sendo proposto pela coordenação. O  
43 secretário do CBHSF justificou que a câmara tem que avançar e que os problemas irão ser  
44 resolvidos, solicitando maturidade na sua resolutividade; falou sobre a oficina de comunicação

45 e solicitou que saísse um encaminhamento marcando a data de sua realização. O professor  
46 Genival questionou a ausência do presidente do Comitê do Pajeú e a forma como foi feita a  
47 mobilização, em relação a este comitê. O coordenador justificou que a assistente  
48 administrativa recebeu do CBHSF uma relação de membros onde não consta o nome de  
49 algumas pessoas. A secretária justificou que não tem a relação dos membros do comitê do  
50 Pajeú, solicitando-a à APAC. O senhor Elias Silva sugeriu como encaminhamento que para as  
51 próximas reuniões, fossem convocados os membros do Comitê do Pajeú e os representantes  
52 de conselhos Gestores de Reservatórios que fazem parte da bacia do SF em Pernambuco.  
53 Dando continuidade o coordenador convidou a Dra. Sonáli, representante da CHESF, para fazer  
54 o seu pronunciamento sobre a vazão do lago de Sobradinho. A Dra. Sonáli expôs os dados  
55 técnicos sobre a bacia do SF com referencia ao aspecto de geração de energia, ambiente  
56 geográfico, ambiente institucional, o planejamento e a operação dos reservatórios da CHESF  
57 na cascata do SF. Após a apresentação o coordenador deu início às intervenções. O senhor  
58 Israel Barreto questionou a respeito do assoreamento das margens do rio, ocasionado pela  
59 baixa vazão que está prejudicando a hidrovia, a pesca e a agricultura e solicitou uma melhor  
60 análise da vazão. Manifestou ainda a preocupação com relação ao turismo na ilha do  
61 Rodeadouro. Observou que no caso de retorno dos turistas, mais de mil pessoas, ficaria  
62 prejudicada, caso a CHESF baixasse a vazão. Questionou se poderia ligar para a Dra. Sonali caso  
63 isso acontecesse e pediu que, em situação emergencial, a CHESF construísse um ancoradouro  
64 móvel, em caso de situação emergencial. O Sr. Domingos reforçou a fala de seu Israel. O Sr.  
65 Almacks solicitou esclarecimento sobre a operação do Rio de Contas que é de responsabilidade  
66 da CHESF e acerca da barragem de Pedra do Cavalo, esta por parte da Votorantin. Questionou  
67 as diretrizes ambientais e a resolução do problema da pesca em Sobradinho, questionando  
68 acerca da diferença cobrada pelas concessionárias, em relação à energia para a sociedade,  
69 para a indústria e mineração; falou sobre a falta de cobertura vegetal em torno do lago de  
70 Sobradinho e solicitou que a CHESF fizesse as devidas compensações ambientais. O Sr. Almacks  
71 enfaticamente refutou a resposta dada ao Sr. Israel, pela representante da CHESF, que  
72 solicitasse patrocínio para o ancoradouro, dizendo que era um desrespeito a um membro da  
73 CCR. A Dra. Sonáli respondeu aos questionamentos dizendo que a CHESF não tem concessão  
74 para operar no Paraguaçu e que o governo da Bahia passou a operação para a Votorantin e  
75 não para a CHESF. Com relação às compensações ambientais, falou que existem estudos sendo  
76 elaborados para a bacia do SF; com relação à escada de peixes de Sobradinho não tinha  
77 informações a respeito e com relação aos valores salientou que não tem competência para  
78 falar a respeito. O Senhor Francisco solicitou que a CHESF transformasse os dados de vazão  
79 técnicos em uma linguagem acessível. O senhor Gilberto questionou sobre a vazão ambiental e  
80 sobre os valores em relação ao que foi posto. A Dra. Sonáli esclareceu que esses valores são  
81 inferiores aos 1.300m<sup>3</sup>/s utilizado hoje. Almacks questionou a forma de patrocínio da Chesf e a  
82 falta de investimentos por parte dos governos municipais, estaduais e federal, dos recursos  
83 destinados ao meio ambiente. Falou sobre o poluidor/pagador e colocou que um dos maiores  
84 usuários que causam impacto sobre o rio São Francisco é ocasionado pela Chesf. A  
85 representante da Chesf, respondendo aos questionamentos de Almacks, falou que a Chesf faz  
86 investimentos na área de reflorestamento e que, infelizmente, não tem nenhum técnico da  
87 área florestal, no momento da reunião, que possa pontuar as ações. Falou sobre o pagamento  
88 do uso da água, e frisou que como cidadãos, deveram eleger os nossos representantes, e que,  
89 enquanto sociedade civil, devemos zelar pelos valores coletivos. O Sr. Francisco falou que a

90 Câmara é o espaço que congrega esse anseio da sociedade e por isso que tem representação  
91 da sociedade civil, do poder público e dos usuários. Perguntou se a Chesf tem algum trabalho  
92 que transforme todas essas informações em uma linguagem acessível para o ribeirinho e para  
93 o pescador. Falou da necessidade da criação de um grupo de trabalho para tratar  
94 especificamente das questões de risco de epidemias; Elias Silva solicitou que o trabalho da  
95 Chesf de mapear as áreas não se limite somente à calha do rio, mas também aos rios  
96 afluentes. A representante salientou que a Chesf fez um mapeamento das áreas inundáveis  
97 entre Sobradinho e Itaparica e falou que cada ator deve cumprir o seu papel na gestão de  
98 recursos hídricos, seja ele municipal, estadual ou federal e que nem tudo é de competência da  
99 Chesf; que a sociedade civil deve olhar criticar e fiscalizar o que se está fazendo para que não  
100 seja imputado a um agente, competências que não lhe cabem. Neste sentido disse que a Chesf  
101 já fez esse estudo entre Sobradinho e Itaparica e está fazendo também para o baixo São  
102 Francisco; observou as competências de quem de direito neste processo. O Sr. Maciel  
103 parabenizou a funcionária da Chesf pela brilhante apresentação e pela linguagem acessível  
104 dizendo que precisamos conhecer melhor como funciona, para poder se questionar a atuação  
105 da CHESF. Colocou que o comitê já está estudando a criação de uma câmara técnica específica  
106 para tratar sobre os rios intermitentes. Citou a fala do professor Genival sobre a recuperação  
107 das matas ciliares e frisou que todos os recursos para projetos foram previstos para 2011, e  
108 que foram alocados na contratação, voltados para essa área (recuperação hidroambiental) de  
109 nascentes de rios afluentes, com ações no rio Salitre e no rio Pajeú, recursos oriundos da  
110 cobrança. Colocou que a Chesf tem um trabalho extraordinário com relação ao combate as  
111 queimadas e que poderia usar a mídia radiofônica para divulgar essas ações. Falou que o  
112 comitê do São Francisco teve o cuidado de colocar em todos os seus planos, acesso a  
113 informações e colocou os meios de divulgação do comitê do São Francisco à disposição da  
114 Chesf para que elas cheguem a toda a bacia do São Francisco; que o comitê vai se dedicar  
115 agora à renovação do seu plano de bacia, iniciando as discussões com os comitês afluentes e  
116 que todas essas discussões precisam estar apontadas no plano. Falou da existência de uma  
117 rede de pesquisadoras estudando a situação do São Francisco e dessa forma teremos estudos  
118 que vão nos orientar na elaboração do plano, pois, não queremos que o plano seja feito de  
119 uma forma genérica, mas, de forma completa e participativa. Comunicou que o comitê do São  
120 Francisco está contratando uma assessoria jurídica, pois há uma câmara técnica que trata de  
121 assuntos institucionais. Usando a palavra o Dr. Gilberto indagou à representante da Chesf,  
122 sobre o valor mínimo de vazão. Em resposta o representante da empresa, Sr. Paulo, disse que  
123 os valores são inferiores a 1.300 m<sup>3</sup>/s, mais salientou que esse é um estudo preliminar e que  
124 não estava contemplando todos os usos da água. E que há estudos já feitos para baixar a vazão  
125 aquém de 1.100 m<sup>3</sup>/s; chamou a atenção para que na hora que se tenha uma proposta isso vai  
126 mexer em todos os outros aspectos e que o trabalho de analisar é muito lento para atender  
127 essa multiplicidade de uso da água, de forma mais harmônica possível. O professor Genival  
128 colocou a importância de alocar recursos para estudos que possam manter informados sobre a  
129 vazão a ecológica, destacando a fragilidade em que o rio se encontra e propôs a criação de um  
130 fundo específico para tratar sobre esse assunto, através do Ministério da Ciência e Tecnologia.  
131 A Dr<sup>a</sup>. Sonali fez as considerações finais com relação à área de meio ambiente, dizendo que na  
132 próxima reunião traria uma pessoa da área para poder dar os esclarecimentos necessários, e  
133 que a Chesf trata todos os assuntos com muita seriedade. Agradeceu a oportunidade de estar  
134 compartilhando seus conhecimentos e se colocou à disposição para responder outros

135 questionamentos. O Sr. Antônio Valadares agradeceu a CHESF comunicando a necessidade de  
136 se ausentar para audiência no Palácio do Governo de Pernambuco, passando a condução da  
137 reunião para a secretária Ana Paula Farias que deu sequência à pauta, passando a palavra para  
138 o professor Genival que falou sobre os projetos ambientais do Rio Salitre e do Rio Pajeú. Ele  
139 destacou a participação do comitê do Pajeú dizendo que analisou o projeto, concluindo que  
140 nele se encontram problemas gravíssimos, ao mesmo tempo em que foi comunicado pelo Sr.  
141 Elias Silva, que em três dias o projeto seria apresentado às empreiteiras locais na cidade de  
142 Afogados da Ingazeira e questionou tal apresentação, justificando que o projeto não pode ser  
143 apresentado da forma como está. Solicitou à vice-presidente do comitê do Pajeú que  
144 assumisse um compromisso pela não apresentação do projeto. O Sr. Elias Silva colocou a sua  
145 preocupação com relação à mobilização e acompanhamento do projeto, por ser feito pela  
146 própria empreiteira e apontaram alguns erros de planejamento, ações de cercamento e de  
147 autorização do proprietário da terra e citou como agravante o período eleitoral. O professor  
148 Genival destacou que o projeto não tem estratégia, não sendo possível ao Estado desapropriar  
149 as áreas, sem levar em conta a ocupação pelas famílias. Maciel sugeriu a elaboração de uma  
150 moção assinada pelos membros da CCR recomendando à agência Peixe Vivo rever toda a  
151 questão programática do termo de referência. O professor Genival, como porta-voz do comitê  
152 do Pajeú, propôs uma reunião da câmara técnica para que desse um parecer sobre o termo de  
153 referência e quais os pontos que deveriam ser mudados. Ana Paula destacou os  
154 encaminhamentos de Rodelas, e a questão das reuniões conjuntas dizendo que este tema  
155 deveria constar na pauta desta reunião. Retornando com a palavra, o Sr. Maciel atentou para o  
156 aspecto legal sobre o ato convocatório para as empresas conhecerem melhor os projetos,  
157 podendo assim apresentar suas propostas. Como o Termo de Referência possui erros, isso  
158 deve ser imediatamente corrigido, sendo da responsabilidade de identificação de tais erros por  
159 parte da Câmara Consultiva Regional que deve comunicar a AGB Peixe Vivo da inoperância do  
160 projeto e, a agência, terá que arcar com as consequências. Foi solicitado ao Sr. Elias Silva que  
161 não assinasse o convite da reunião justificando que só quem pode falar pelo comitê do São  
162 Francisco é a sua diretoria, e que o Sr. Elias Silva ao fazer isso, pode ser responsabilizado já que  
163 ele não faz parte desta diretoria. O professor Genival lamentou a ausência do Sr. Antônio  
164 Valadares para assinar a moção. A assistente Ana Karina justificou a ausência do coordenador,  
165 dizendo que quando a AGB Peixe Vivo colocou o Sr. Antônio Valadares para coordenar a  
166 Câmara Consultiva já sabia que ele era prefeito. O professor Genival, corrigindo a assistente  
167 administrativa Ana Carina, explicou que ele participou de um processo eleitoral e candidatou-  
168 se mesmo sabendo que era prefeito e que na Câmara Consultiva Regional tinha muitas  
169 atribuições e ninguém pediu para ele se candidatar, porém isso não vem ao caso. Explicou que  
170 a secretária Ana Paula era coordenadora em exercício na reunião e estava apta para assinar a  
171 moção. O Sr. Gilberto da Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC fez o  
172 encaminhamento questionando a falta de ajustamento dos projetos, dizendo que os ajustes  
173 nos projetos devem ficar bem claros. O Sr. João Batista pediu a palavra e falou que os projetos  
174 que foram encaminhados a CCR, foram feitos através dos comitês e associações e tiveram  
175 prazos para serem encaminhados ao coordenador que os encaminhou para a plenária do  
176 CBHSF e para AGB Peixe Vivo onde os projetos foram aprovados. Questionou que não poderia  
177 tratar desse assunto por que o tema não estava na pauta. A coordenadora em exercício, Ana  
178 Paula Farias, justificou que o tema foi encaminhado para a pauta e que foi retirada pelo  
179 coordenador. O secretário Maciel falou que não ia discutir o assunto porque, mesmo não

180 estando em pauta, o plenário pode discutir qualquer tema no momento que achar oportuno.  
181 O Sr. Almacks falou sobre o seminário que ia acontecer em Brasília e destacou que os  
182 membros da CCR só sabem acerca de informações, por terceiros, que falta comunicação por  
183 parte da CCR e AGB, prejudicando a participação nos seminários; e que o comitê do Rio Salitre  
184 não pode ficar prejudicado por falta de comunicação da CCR. A coordenadora em exercício,  
185 Ana Paula Farias, colocou para apreciação o local onde seria realizada a próxima reunião,  
186 sendo escolhido pelo plenário, a cidade de Campo Formoso, Bahia. Ana Paula falou que  
187 sempre foi atropelada na Câmara Consultiva Regional e que não pode fazer seu trabalho como  
188 secretária, porque o coordenador está em Pernambuco e ela na Bahia, não dispõe de estrutura  
189 e nem apoio; falou também que não é informada das ações da CCR. Ana Paula, depois de ser  
190 questionada pela senhora Malu Folador, da Comunicação do CBHSF, questionada sobre a  
191 ausência dos membros do comitê do São Francisco, três (3) não participam: Iguaracy, Juazeiro  
192 e o terceiro do qual não se lembra. Ana Paula fez um encaminhamento com relação às faltas na  
193 CCR, que comece a fazer valer o regimento com relação a essa questão. O Sr. Almacks disse  
194 que ela como secretária é que tem que conferir as presenças e ausências dos membros da CCR  
195 (conforme resolução 52/2010) e depois comunicar a AGB para que emita correspondência,  
196 substituindo os faltosos e abrindo o processo de preenchimento por vacância, quando for o  
197 caso. Eu Ana Paula Farias como secretária da CCR escrevi, li e assino a presente ATA  
198 juntamente com o Coordenador Sr. Antônio Valadares e anexamos a lista de presença que  
199 passa a ter validade de assinatura por todos que a assinaram.

200

201

**Antonio Valadares de Souza filho**

202

Coordenador CCR Submédio do São Francisco

203

204

**Ana Paula Farias Castro**

205

Secretaria CCR Submédio do São Francisco